


 [Siga-nos no Twitter](#)

 [Seja nosso Fã](#)

 [Seja nosso amigo](#)

 [Notícias por email](#)

 [FEED RSS Notícias](#)



26 Março, 2011

[SINTAP quer reabertura imediata de negociações](#)

O Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública (SINTAP) dos Açores defendeu “a reabertura imediata” das negociações do contrato colectivo de trabalho com as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e as Misericórdias, para “desbloquear impasses laborais”.

“Uma vez que no ano passado também não aconteceram aumentos salariais, tem que haver uma atualização dos aumentos salariais, quanto mais não seja que tenham em conta a situação de inflação registada na região”, afirmou Francisco Pimentel, coordenador regional do SINTAP, numa conferência de imprensa em Ponta Delgada.

Para o SINTAP, é necessário também rever outras questões como a tabela remuneratória, já que se verifica “um progressivo esmagamento dos vencimentos dos funcionários na faixa dos níveis remuneratórios correspondentes ao salário mínimo regional”.

“Uma das grandes reivindicações foi a questão da equiparação dos vencimentos dos trabalhadores das IPSS/Misericórdias à Administração Pública, essa batalha foi ganha, mas existe ainda uma franja de técnicos superiores, com vencimentos inferiores”, afirmou.

O SINTAP/Açores está também preocupado com a revisão das carreiras, tendo Francisco Pimentel salientado que existem carreiras que “já foram revistas a nível nacional, o que não aconteceu nos Açores”, nomeadamente “as carreiras inspetivas”, cujo “diploma só agora está na Assembleia Legislativa Regional, com penalização para os trabalhadores”.

O dirigente sindical referiu ainda que “continuam a existir situações pontuais em alguns serviços de falta de equipamentos necessários em matéria segurança, higiene e saúde dos trabalhadores”, defendendo, por outro lado a necessidade de “ser contado integralmente o tempo de serviço dos trabalhadores reclassificados e reconvertidos”.

A revisão e revalorização da tabela de valores da remuneração complementar e a necessidade de os trabalhadores da administração pública acederem anualmente à formação profissional a que têm direito são outras questões que preocupam o sindicato.